

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, A EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV E A ACORDANTE, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÕES DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS E DE OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO AOS TITULARES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, MEDIANTE CONSIGNAÇÃO NA RENDA MENSAL DO RESPECTIVO BENEFÍCIO NA FORMA DA LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.953, DE 27 DE SETEMBRO DE 2004.

Publicado no DOU nº 25  
de 22 / 04 / 15  
Seção 03 - Pág. 62

**O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Previdência Social - MPS, criado na forma da autorização legislativa contida no artigo 17 da Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990 e pelo Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 18, de 1º de fevereiro de 1991 e reestruturado conforme determinação contida no artigo 11, parágrafo único, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992 e pelo Decreto nº 6.934, de 11 de agosto de 2009, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco O, 8º andar, Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob nº 29.979.036/0001-40, doravante denominado **INSS**, neste ato representado por sua Diretora de Benefícios, CINARA WAGNER FREDO, CPF/MF nº 003.747.539-89, a **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, CNPJ nº 42.422.253/0001-01, com sede no Setor de Autarquias Sul – Quadra 1 – Bloco E/F, Brasília - DF, doravante denominada **DATAPREV**, neste ato representada por seu Presidente RODRIGO ORTIZ D'AVILA ASSUMPÇÃO, CPF/MF nº 105.508.858-03, e por seu Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS, CPF/MF nº 865.512.487-72 e o **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**, CNPJ nº - **92.702.067/0001-96** com sede à Rua Caldas Junior, 108 – Porto Alegre- RS – CEP: 90018-900, doravante designada **ACORDANTE**, neste ato representada por sua Procuradora DENISE ESKEFF COELHO, CPF/MF nº 593.051.930-72, celebram o presente ACORDO em conformidade com as disposições contidas no artigo 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 alterado pelos Decretos nº 4.862, de 21 de outubro de 2003 e 5.180 de 13 agosto de 2004, conforme cláusulas e condições abaixo ajustadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente ACORDO tem por objeto a operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº 5.180 de 13 agosto de 2004, visando a realização de consignação de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal ou operação com cartão de crédito com a **ACORDANTE**, partícipe deste acordo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS EMPRÉSTIMOS E DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO

A **ACORDANTE**, desde que observadas as normas aplicáveis às instituições do Sistema Financeiro Nacional e respeitadas as suas programações orçamentárias, normas operacionais e política de



concessão de crédito, poderá conceder empréstimos e/ou cartão de crédito aos titulares de benefícios, com pagamento mediante consignação na renda mensal dos respectivos benefícios previdenciários.

Parágrafo Único. Para a realização das operações de crédito mencionadas no objeto deste Instrumento, os titulares de benefícios deverão dispor de margem consignável suficiente para amparar as prestações decorrentes da operação contratada ao amparo deste ACORDO, na forma da legislação em vigor.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

#### I – do INSS:

- a) repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos titulares de benefícios, em favor da **ACORDANTE**, por meio de depósito em conta – corrente indicada ou transferência para a conta “reservas bancária” definida, via STR – Sistema de Transferência de Reservas, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do SPB-Sistema de Pagamentos Brasileiro, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito;
- b) emitir, quando da alegação pelo titular do benefício da não autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC (escrita ou eletrônica) qualquer reclamação quanto às operações realizadas, correspondência oficial à **ACORDANTE** solicitando o envio das informações pertinentes e a comprovação da autorização ao INSS;
- c) cancelar a consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC no Sistema de Benefícios, caso inexistir a autorização ou a **ACORDANTE** não atenda à solicitação nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS. Os procedimentos de cancelamento serão adotados pela DIRBEN, conforme competência determinada em ato interno do INSS;
- d) reativar no Sistema de Benefícios as consignações ou constituição de reserva de margem consignável-RMC canceladas, na forma das alíneas anteriores, quando da apresentação pela **ACORDANTE** de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do benefício. A reativação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do recebimento dos referidos documentos, na Diretoria de Benefícios – DIRBEN.

#### II – da DATAPREV:

- a) processar as consignações de descontos e as exclusões de acordo com o arquivo magnético enviado pela **ACORDANTE**, conforme previsto na alínea “b”, do inciso III, da Cláusula Terceira deste ACORDO;
- b) enviar à **ACORDANTE** arquivo contendo o resultado do processamento dos arquivos mencionados na alínea “a” deste inciso, até quatro dias úteis após seu recebimento;
- c) processar as glosas devidas, conforme previsto na Instrução Normativa editada pelo INSS, na competência seguinte à sua verificação, informando à **ACORDANTE**, por arquivo magnético mensal, os respectivos valores;
- d) informar mensalmente à **ACORDANTE** por arquivo magnético – “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado – as parcelas consignadas e não consignadas, devidamente identificadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do primeiro pagamento de benefício em cada competência;
- e) gerar as informações do contra-recibo para a **ACORDANTE** efetuar o respectivo ressarcimento do custo operacional de desenvolvimento, alterações de sistemas, manutenção de base de dados e informações gerenciais sobre crédito consignado, para cumprimento do estabelecido na Cláusula Sétima deste ACORDO;



- f) utilizar de forma específica o Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social - Crédito Consignado, para troca de informações de forma exclusiva e intransferível entre a **ACORDANTE** e a DATAPREV.

### III - da ACORDANTE:

- a) divulgar as regras acordadas neste ACORDO aos titulares de benefício que autorizaram as consignações ou constituição de reserva de margem consignável-RMC diretamente em seus benefícios obedecendo, nos materiais publicitários que fizer veicular, as normas do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial aquelas previstas nos artigos 37 e 52;
- b) para inclusão de contratos de crédito no processamento da folha de pagamentos dos benefícios do mês corrente a **ACORDANTE** deverá enviar até o segundo dia útil de cada mês para a DATAPREV, arquivo magnético contendo as informações dos contratos de empréstimos pessoal ou operações com cartão de crédito (Reserva de Margem Consignável – RMC) em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente na sua renda mensal de aposentadoria e/ou pensão, observado o “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado;
- c) as operações de consignação realizadas por cartão de crédito deverão ser enviadas à DATAPREV de forma consolidada em um único valor por mês, a partir do dia 25 de cada mês até o 2º dia útil do mês seguinte;
- d) informar ao INSS, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou operação com cartão de crédito, firmado entre o titular do benefício e a **ACORDANTE**, até o segundo dia útil subsequente à ocorrência (rescisão do contrato), sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação da “Taxa Referencial de Títulos Federais- Remuneração (SELIC), desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse;
- e) encaminhar ao INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, a comprovação da autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC de acordo com a alínea “b”, inciso I, da Cláusula Terceira;
- f) conservar, pelo prazo de cinco anos, a contar da data do término do empréstimo ou da validade do cartão de crédito, a autorização firmada por escrito pelo titular do benefício, seja utilizando a autorização de consignação disposta como anexo das instruções normativas expedidas pelo INSS e legislação em vigor sobre a matéria, seja o contrato firmado de empréstimos ou operação com cartão de crédito, que contenha cláusula expressa de autorização permitindo o desconto direto na renda mensal do benefício previdenciário ou a constituição de reserva de margem consignável-RMC. Em se tratando de autorização por meio eletrônico, os meios que comprovem a anuência do titular do benefício deverão ser conservados pelo mesmo período;
- g) cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre a matéria, desde que assegurado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido;
- h) prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste ACORDO quando solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa ou legislação em vigor;
- i) criar caixa postal eletrônica (e-mail) institucional com o fim específico de estabelecer comunicação direta com o INSS para troca de informações referentes à operacionalização deste ACORDO e, em especial, atender à alínea anterior;
- j) manter, durante a execução deste ACORDO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua celebração;
- k) informar ao INSS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na estrutura da ACORDANTE ou em suas Agências, seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades, para que, se necessário, sejam adotados os procedimentos necessários quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;





- l) providenciar toda a infra-estrutura necessária para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela **DATAPREV**;
- m) obter as informações necessárias à consecução das operações objeto deste ACORDO valendo-se dos dados fornecidos pelo respectivo beneficiário, em conformidade com a instrução normativa vigente;
- n) encaminhar mensalmente aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, extrato com descrição detalhada das operações realizadas, contendo valor, local onde estas foram efetivadas, bem como informar o telefone e o endereço para a solução de dúvidas;
- o) a **ACORDANTE** deverá liberar o valor contratado no prazo limite de 48h (quarenta-e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da DATAPREV com a confirmação do registro da consignação solicitada;
- p) a **ACORDANTE** obriga-se a informar ao titular do benefício, no prazo descrito na alínea anterior, o local e data em que o valor do empréstimo será liberado, principalmente quando este for feito por meio de ordem de pagamento;
- q) fica vedada a contratação de empréstimos ou cartão de crédito por telefone, em conformidade com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.559/88, com redação dada pela Resolução 3.258/05.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES

A **ACORDANTE** responsabilizar-se-á integralmente perante os beneficiários e o INSS pela autenticidade das informações relacionadas no arquivo enviado à DATAPREV, na forma prevista na alínea "b", do inciso III, da Cláusula Terceira, sob pena de descredenciamento se apurado quantitativo considerável de irregularidades.

Parágrafo Primeiro. A autorização para a efetivação da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC valerá enquanto subscrita pelo titular do benefício, não persistindo, por sucessão, em relação aos respectivos pensionistas e dependentes.

Parágrafo Segundo. Até o integral pagamento do empréstimo ou da operação com cartão de crédito, a autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC somente poderá ser cancelada mediante prévia autorização da **ACORDANTE** ou caso esta não atenda o contido na alínea "e", do inciso III, da Cláusula Terceira.

Parágrafo Terceiro. Havendo a utilização do meio eletrônico para receber a autorização expressa do titular do benefício, esta somente poderá ocorrer quando for obtida a partir de comandos gerados pela aposição de senha ou assinatura digital do titular do benefício em sistemas eletrônicos de forma que possa atender ao disposto na alínea "f", inciso III da Cláusula Terceira.

Parágrafo Quarto. A autorização do titular do benefício para a consignação do empréstimo ou para a constituição de reserva de margem consignável-RMC não poderá ser feita por telefone, não sendo permitido como meio de comprovação de autorização expressa do titular do benefício a gravação de voz.

Parágrafo Quinto. A **ACORDANTE** deverá cientificar previamente o titular do benefício das informações abaixo elencadas:

- I) valor total com e sem juros;
- II) taxa efetiva mensal e anual de juros;
- III) todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor do crédito contratado;
- IV) valor, número e periodicidade das prestações;
- V) soma total a pagar com o empréstimo pessoal ou cartão de crédito; e
- VI) data do início e fim do desconto.



## CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES

### I – do INSS:

Em qualquer hipótese, a responsabilidade do INSS em relação às operações referidas na Cláusula Primeira, restringir-se-á à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito, autorizados pelos titulares de benefícios e repasse à **ACORDANTE**, no prazo estabelecido na alínea “a” do inciso I, da Cláusula Terceira, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e subsidiária sobre as operações contratadas, bem como de descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas neste ACORDO.

Parágrafo Único. Havendo rejeição de valores, por motivo de alteração de dados cadastrais ou de dados bancários não informados em tempo hábil à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INSS pela **ACORDANTE**, o repasse de valores referente às consignações efetuadas somente ocorrerá na competência seguinte.

### II – da DATAPREV:

Em caso de não ser efetuado o processamento integral das consignações devidas nos benefícios previdenciários, em decorrência de falha operacional da DATAPREV, esta deverá comunicar a ocorrência à **ACORDANTE**, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis antes da data prevista para o início da validade dos créditos da competência, para que esta possa tomar as providências necessárias quanto a cobrança das prestações, na forma constante do contrato celebrado entre a **ACORDANTE** e o titular do benefício.

Parágrafo Primeiro. Ocorrendo o não processamento integral na forma prevista neste inciso será imputado à DATAPREV o mesmo valor apurado do custo que envolve o processamento das parcelas de consignação, por cada parcela consignável não processada.

Parágrafo Segundo. Os custos, a que se refere o parágrafo anterior desta Cláusula, deverão ser repassados até o quinto dia útil do mês subsequente ao da ocorrência, mediante crédito em conta corrente a ser fornecida pela **ACORDANTE**.

### III – da ACORDANTE:

A **ACORDANTE** se responsabilizará pela informação dos valores a serem consignados, que deverão corresponder ao efetivamente ajustado no contrato celebrado entre a **ACORDANTE** e o titular do benefício e pela informação dos benefícios que sofrerão o respectivo desconto.

Parágrafo Primeiro. Na ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados indevidamente no benefício previdenciário, a **ACORDANTE** será responsável pela restituição dos valores corrigidos nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS.

Parágrafo Segundo. Quanto às operações de consignação realizadas, será de total responsabilidade da **ACORDANTE**, prestar as informações aos titulares dos benefícios, bem como realizar os acertos que se fizerem necessários.

Parágrafo Terceiro. A **ACORDANTE** adequará seus procedimentos de operacionalização, tais como formulários de autorização de descontos, material publicitário, entre outros, aos termos das normas expedidas pelo INSS e da legislação em vigor sobre a matéria, independente de aditamento do presente termo, respeitado as operações já realizadas e o objeto deste ACORDO



## **CLÁUSULA SEXTA – DOS PROCEDIMENTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES**

O Plano de Trabalho que integra este ACORDO, para todos os fins de direito, conterá os procedimentos operacionais necessários para execução do objeto.

Parágrafo Primeiro. A autorização do titular do benefício para que ocorra a consignação dos valores de empréstimos e/ou a constituição de reserva de margem consignável-RMC no benefício previdenciário, deverá conter a assinatura do titular no formulário previsto como anexo da Instrução Normativa editada pelo INSS ou, desde que contenha todos os dados do anexo, no contrato de empréstimo que contenha cláusula autorizativa para consignação e, em casos de autorização eletrônica, esta deverá seguir o disposto nos parágrafos 3º, 4º e 5º da Cláusula Quarta.

Parágrafo Segundo. A troca de informações entre a DATAPREV e a **ACORDANTE** está especificada no "layout" do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESSARCIMENTO DOS CUSTOS OPERACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO, ALTERAÇÕES DE SISTEMAS, MANUTENÇÃO DE BASE DE DADOS E INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE CRÉDITO CONSIGNADO.**

O ressarcimento dos custos operacionais de processamento, administração, gestão de dados, averbação e lançamento da parcela de crédito consignado, de desenvolvimento e alteração de sistemas, manutenção de bases e informações gerenciais serão cobrados segundo valores e itens faturáveis, agregados ou não, informados em ato próprio da DATAPREV e divulgado a **ACORDANTE**.

Parágrafo Primeiro. Os valores do ressarcimento deverão corresponder exclusivamente aos custos de todo desenvolvimento, manutenção e alteração das rotinas, procedimentos e sistemas que envolvem o crédito consignado no INSS.

Parágrafo Segundo. O INSS, neste ato, expressamente, concede a autorização para que o ressarcimento de todos os custos envolvendo o crédito consignado seja feito pela **ACORDANTE**, diretamente em conta corrente a ser indicada pela DATAPREV, até o quinto dia útil do mês subsequente ao processamento das consignações.

Parágrafo Terceiro. Caso a **ACORDANTE** não efetive o ressarcimento dos custos mencionados nesta cláusula devidos à DATAPREV no prazo estabelecido no parágrafo anterior, sobre estes incidirá atualização monetária entre o dia do vencimento e o do efetivo pagamento, tendo como base o índice correspondente à variação do IGP-M ocorrido entre a data de vencimentos e a data do efetivo pagamento, *pro rata die*.

Parágrafo Quarto. Os valores dos custos a serem ressarcidos poderão ser revistos em prazos e formas conforme especificações técnicas apresentadas formalmente e publicamente pela Dataprev as instituições financeiras conveniadas.

Parágrafo Quinto. Também deverão ser ressarcidos a DATAPREV os custos envolvendo reproprocessamento de arquivos, procedimentos de migração de contratos ou carteiras, ou qualquer outra rotina excepcional criada para atendimento específico a **ACORDANTE** em razão de problemas ocorridos nesta última ou necessidades legais ou normativas.

Parágrafo Sexto. Os custos excepcionais de que tratam o parágrafo anterior, terão seus valores apresentados em planilha específica e comunicada formalmente a **ACORDANTE**.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

O presente ACORDO vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação.



## CLÁUSULA NONA – DA RESILIÇÃO, SUSPENSÃO E RESCISÃO

O presente ACORDO poderá ser denunciado a qualquer momento, mediante aviso prévio e escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando suspensas novas contratações de operações a partir da vigência da denúncia, permanecendo, até a data da liquidação do último contrato firmado por força deste ACORDO, as obrigações e responsabilidades do **INSS**, da **ACORDANTE** e da **DATAPREV**, ou seus sucessores, conforme aqui ajustados, relativamente aos empréstimos e operações com cartão de crédito, já concedidos.

Parágrafo Primeiro. A execução do objeto deste ACORDO poderá ser suspensão, pelos prazos fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, para envio de arquivo contendo novas contratações de empréstimos ou operações com cartão de crédito, por determinação do INSS, em caso de constatação de registro de irregularidades quanto às operações realizadas pela **ACORDANTE**, descumprimento de cláusulas convencionadas e de normas editadas e/ou por não atendimento das solicitações de informações enviadas.

Parágrafo Segundo. O ACORDO com suspensão parcial pelos motivos discriminados no parágrafo antecedente, poderá ter a penalidade cancelada caso o INSS constate que os motivos determinantes foram sanados, ou rescindido caso a **ACORDANTE** apresente reiteradamente registros de irregularidades, não observando o contido nas cláusulas conveniadas ou normas expedidas por este Instituto.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente ACORDO será providenciada pelo INSS, no prazo e na forma previstos no parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente ACORDO. E, para firmeza do que foi pactuado, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Publicado no DDT nº 75  
de 22 de 04 de 15  
Seção 03 Fls. 62

Brasília, 16 de abril de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
4 6 ABR 2015
DIRETORIA DE BENEFÍCIOS DCONB

Pelo INSS:

CINARA WAGNER FREDO

Pela DATAPREV:

RODRIGO ORTIZ D'AVILA ASSUMPCÃO

ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS

Pela ACORDANTE:

DENISE ESKEFF COELHO

Otávio Luiz Rocha F. dos Santos  
Coordenador Jurídico de Administração  
Interna de Direito Financeiro Tributário  
e Disciplinar - OAB/DF - 23.642

José Ivanildo Dias Junior  
Consultor Jurídico - CUIR  
OAB/PB - 11.934

**Testemunhas:**

INSS \_\_\_\_\_  
CPF/RG Nº \_\_\_\_\_

DATAPREV \_\_\_\_\_  
CPF/RG Nº \_\_\_\_\_

*Claudia Ferreira da Silva*  
Coordenação Geral de Monitoramento e  
Gestão de Contratos com Clientes - CGMC  
Coordenadora-Geral

ACORDANTE \_\_\_\_\_  
CPF/RG Nº \_\_\_\_\_

*Orlando Luiz Regina F. dos Santos*  
Coordenador Jurídico de Administração  
Interna de Direito Financeiro Tributário  
e Disciplinar - OAB/DF - 23.642



## PLANO DE TRABALHO

**PROCESSO nº: 35000.000174/2015-41**

**INTERESSADO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**

**CNPJ nº 92.702.067/0001-96**

**ENDEREÇO: Rua Caldas Junior, 108 – Porto Alegre- RS – CEP: 90018-900**

**Telefone: (51) 3215-3830**

**E-mail: credito\_consignado\_federal\_inss@banrisul.com.br**

**ASSUNTO:** ACORDO para consignação de empréstimos e/ou operação com cartão de crédito nas rendas mensais dos benefícios previdenciários, conforme Lei nº 10.820/2003 com redação dada pela Lei nº 10.953/2004 e Decretos: nº 4.862/2003 e 5.180/2004.

### 1 - OBJETO:

Operacionalização da consignação de descontos na renda mensal dos benefícios para pagamento de empréstimos ou operações com cartão de crédito, contraídos pelo titular do benefício, conforme previsto no artigo 6º, da Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004 e pelos Decretos nº 4.862, de 21 de outubro de 2003 e 5.180 de 13 de agosto de 2004.

### 2 - DAS METAS:

- a) consignar na renda mensal dos benefícios previdenciários o valor para pagamento de operações de empréstimos e/ou cartão de crédito, contraídos pelos titulares de benefícios previdenciários junto às **ACORDANTES**;
- b) repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários para as **INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS** credoras dos titulares de benefícios previdenciários;
- c) possibilitar taxas de juros aos titulares de benefícios previdenciários menores que as praticadas no mercado;

### 3 - ETAPAS DE EXECUÇÃO:

3.1 Início do processamento das consignações.	Após a publicação do ACORDO.
3.2 Data do envio do arquivo magnético à DATAPREV pela ACORDANTE, contendo as inclusões e exclusões das consignações efetivadas por meio de cartão de crédito.	A partir do dia 25 de cada mês até o segundo dia útil do mês seguinte, para processamento do benefício do mês corrente.
3.3 Data do envio do arquivo magnético à DATAPREV pela ACORDANTE, contendo as inclusões e exclusões das consignações.	Até o segundo dia útil de cada mês, para processamento do benefício do mês corrente.
3.4 Data de envio de arquivo magnético, pela DATAPREV, contendo o retorno do processamento do arquivo mencionado nos itens 3.2 e 3.3.	Até 4 (quatro) dias do recebimento do arquivo da ACORDANTE.



3.5 Envio do arquivo pela DATAPREV informando à ACORDANTE o resultado do processamento mensal das consignações, operações com cartão de crédito e glosas.	Cinco dias úteis antes do início da validade do primeiro pagamento de benefício.
3.6 Repasse dos valores referentes às consignações efetuadas, em parcela única, pelo INSS às ACORDANTES.	Quinto dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito do benefício.
3.7 Repasse à DATAPREV, pelas ACORDANTES, dos valores referentes ao ressarcimento dos custos envolvendo o crédito consignado.	Até o quinto dia útil do mês subsequente ao processamento das consignações o valor será creditado em conta corrente a ser indicada pela DATAPREV. O ressarcimento será efetuado por meio de contra-recibo emitido pela DATAPREV, discriminando o seguinte texto: <i>"este valor total refere-se ao ressarcimento dos custos operacionais de desenvolvimento, alterações de sistemas e manutenção de base de dados e informações gerenciais sobre crédito consignado nos benefícios previdenciários conforme autorização do INSS prevista na cláusula Sétima deste ACORDO celebrado entre a ACORDANTE e o INSS em razão de empréstimos e/ou operações com cartão de crédito, previsto no inciso V do parágrafo 1º do art. 6º da Lei 10.820/03, Decreto 4862/03."</i>
3.8 Liberação do valor do empréstimo pela ACORDANTE ao titular do benefício.	48hs (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da DATAPREV com a confirmação do registro da consignação solicitada.

#### 4 - DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS:

##### I - DO INSS:

- repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos titulares de benefícios, em favor da **ACORDANTE**, por meio de depósito em conta – corrente indicada ou transferência para a conta "reservas bancária" definida, via STR – Sistema de Transferência de Reservas, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito;
- emitir, quando da alegação pelo titular do benefício da não autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC (escrita ou eletrônica) ou qualquer reclamação quanto às operações realizadas, correspondência oficial à **ACORDANTE** solicitando o envio das informações pertinentes e a comprovação da autorização ao INSS;
- cancelar a consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC no Sistema de Benefícios, caso inexista a autorização ou a **ACORDANTE** não atenda à solicitação nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS. Os procedimentos de cancelamento serão adotados pela DIRBEN ou conforme competência determinada em ato interno do INSS;
- reativar no Sistema de Benefícios as consignações ou constituição de reserva de margem consignável-RMC canceladas, na forma das alíneas anteriores, quando da apresentação pela **ACORDANTE** de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do benefício. A reativação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do recebimento dos referidos documentos, na Diretoria de Benefícios – DIRBEN.



## II – DA DATAPREV:

- a) processar as consignações de descontos e as exclusões de acordo com o arquivo magnético enviado pela **ACORDANTE**, conforme previsto na alínea “b”, do inciso III, da Cláusula Terceira deste ACORDO;
- b) enviar à **ACORDANTE** arquivo contendo o resultado do processamento dos arquivos mencionados na alínea “a” deste inciso, até quatro dias úteis após seu recebimento;
- c) processar as glosas devidas, conforme previsto na Instrução Normativa editada pelo INSS, na competência seguinte à sua verificação, informando à **ACORDANTE**, por arquivo magnético mensal, os respectivos valores;
- d) informar mensalmente à **ACORDANTE** por arquivo magnético conforme “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado - as parcelas consignadas e não consignadas, devidamente identificadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do primeiro pagamento de benefício em cada competência;
- e) gerar as informações referentes ao valor do custo operacional por parcela consignada, para cumprimento do estabelecido na Cláusula Sétima deste ACORDO;
- f) utilizar especificamente o Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social - Crédito Consignado, para troca de informações de forma exclusiva e intransferível entre a **ACORDANTE** e a DATAPREV.

## III – DA ACORDANTE:

- a) divulgar as regras acordadas neste ACORDO aos titulares de benefício que autorizaram os descontos diretamente em seus benefícios obedecendo, nos materiais publicitários que fizer veicular, as normas do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial aquelas previstas nos artigos 37 e 52;
- b) para inclusão de contratos de crédito no processamento da folha de pagamentos dos benefícios do mês corrente a ACORDANTE deverá enviar até o segundo dia útil de cada mês para a DATAPREV, arquivo magnético contendo as informações dos contratos de empréstimos pessoal ou operações com cartão de crédito (Reserva de Margem Consignável – RMC) em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente na sua renda mensal de aposentadoria e/ou pensão, observado o “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado;
- c) informar ao INSS, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou do cartão de crédito, firmado entre o titular do benefício e a **ACORDANTE**, até o segundo dia útil subsequente à ocorrência (rescisão do contrato), sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação da “Taxa Referencial de Títulos Federais-Remuneração (SELIC), desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse;
- d) encaminhar ao INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, a comprovação da autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC de acordo com a alínea “b”, inciso I, da Cláusula Terceira;



- e) restituir os valores, corrigidos, nos casos de ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados indevidamente no benefício previdenciário no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) da notificação expedida pelo INSS ou da manifestação direta do próprio titular do benefício;
- f) conservar, pelo prazo de cinco anos, a contar da data do término do empréstimo ou da validade do cartão de crédito, a autorização firmada por escrito pelo titular do benefício, seja utilizando a autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC disposta como anexo das instruções normativas expedidas pelo INSS e legislação em vigor sobre a matéria, seja o contrato firmado de empréstimos ou operação com cartão de crédito, que contenha cláusula expressa de autorização permitindo o desconto direto na renda mensal do benefício previdenciário. Em se tratando de autorização por meio eletrônico, os meios que comprovem a anuência do titular do benefício deverão ser conservados pelo mesmo período;
- g) cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre a matéria, desde que assegurado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido;
- h) prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste ACORDO quando solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa ou da legislação pertinente em vigor;
- i) criar caixa postal eletrônica (e-mail) institucional com o fim específico de estabelecer comunicação direta com o **INSS** para troca de informações referentes à operacionalização deste ACORDO e, em especial, atender à alínea anterior;
- j) manter, durante a execução deste ACORDO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua celebração;
- l) informar ao INSS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na estrutura da **ACORDANTE** ou em suas Agências, seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades, para que sejam adotados os procedimentos necessários quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;
- m) providenciar toda a infra-estrutura necessária para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela **DATAPREV**;
- n) obter as informações necessárias à consecução das operações objeto deste ACORDO valendo-se dos dados fornecidos pelo respectivo beneficiário, em conformidade com a instrução normativa vigente;
- o) encaminhar, mensalmente, aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, extrato com descrição detalhada das operações realizadas, contendo valor, local onde estas foram efetivadas, bem como informar o telefone e o endereço para a solução de dúvidas;
- p) a **ACORDANTE** deverá liberar o valor contratado no prazo limite de 48h (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da DATAPREV com a confirmação do registro da consignação solicitada;
- q) a **ACORDANTE** obriga-se a informar ao titular do benefício, no prazo descrito na alínea anterior, o local e data em que o valor do empréstimo será liberado, principalmente quando este for feito por meio de ordem de pagamento;
- r) fica vedada a contratação de empréstimos ou cartão de crédito por telefone, em conformidade com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.559/88, com redação dada pela Resolução 3.258/05.

Parágrafo Único. Havendo rejeição de valores, por motivo de alteração de dados cadastrais ou de dados bancários não informados em tempo hábil à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e



Contabilidade pela **ACORDANTE**, o repasse de valores referente às consignações efetuadas somente ocorrerá na competência seguinte.

## 5 - DAS CONSIGNAÇÕES DOS DESCONTOS:

As consignações dos descontos para pagamento dos empréstimos e de operações com cartão de crédito não poderão exceder, no momento da contratação, a 30 (trinta) por cento do valor da renda mensal do benefício e a reserva de margem consignável-RMC não poderá exceder a 10 (dez) por cento dentro dos 30 (trinta) pontos percentuais acima e obedecendo ao previsto na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, bem como nas Instruções Normativas que regulamentem o assunto.

## 6 - DOS CUSTOS:

O ressarcimento dos custos operacionais de processamento, administração, gestão de dados, averbação e lançamento da parcela de crédito consignado, de desenvolvimento e alteração de sistemas, manutenção de bases e informações gerenciais serão cobrados segundo valores e itens faturáveis, agregados ou não, informados em ato próprio da DATAPREV e divulgado a **ACORDANTE**.

## 7 - DO INÍCIO DA OPERACIONALIZAÇÃO:

A execução do objeto do ACORDO terá início após o cumprimento estabelecido no item 3.1 do cronograma deste Plano de Trabalho, ficando, a vigência e a prorrogação, vinculadas aos prazos estabelecidos no Termo de ACORDO.

Brasília, 16 de abril de 2015.

Publicado no DOU nº 75  
de 22 / 04 / 15  
Seção 03 FLS. 62

Pelo INSS:

CINARA WAGNER FREDO

Pela DATAPREV:

RODRIGO ORTIZ D'AVILA ASSUMPÇÃO

ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS

Pela ACORDANTE:

DENISE ESKEFF COELHO

INSTITUTO NACIONAL DO  
SEGURO SOCIAL - INSS

6 ABR. 2015

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS  
DCONB

Otávio Luiz Rocha F. dos Santos  
Coordenador Jurídico de Administração  
Interna de Direito Financeiro Tributário  
e Disciplinar - OAB/DF - 23.642

José Ivanildo Dias Júnior  
Consultor Jurídico - CJUR  
OAB/PB - 11.934

Testemunhas:

INSS

CPF / RG nº

DATAPREV

CPF/RG nº

ACORDANTE

CPF/RG nº

Claudia Ferreira da Silva  
Coordenação Geral de Monitoramento e  
Gestão de Contratos com Clientes - CGMC  
Coordenadora-Geral

TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A



Página 13 de 14



## ANEXO I

**AUTORIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS OU CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL-RMC NOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.953, DE 27 DE SETEMBRO DE 2004.**

EU, \_\_\_\_\_,  
Brasileiro(a), residente à \_\_\_\_\_,  
data de nascimento \_\_\_\_\_, portador do benefício nº \_\_\_\_\_,  
pelo presente autorizo que se promova a

\_\_\_\_\_  
(consignação do empréstimo ou constituição da margem consignável)  
no meu benefício previdenciário em favor da instituição financeira consignatária

\_\_\_\_\_  
conforme previsão legal contida no artigo 6º da Lei nº 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154  
do Decreto nº 3.048/99, com as seguintes características:

Valor total do empréstimo

\_\_\_\_\_  
Valor mensal a ser descontado no benefício previdenciário

\_\_\_\_\_  
Número de prestações

\_\_\_\_\_  
Taxa efetiva mensal e anual de juros

\_\_\_\_\_  
Soma total a pagar

\_\_\_\_\_  
Outras informações, caso hajam:

\_\_\_\_\_  
Acréscimos remuneratórios

\_\_\_\_\_  
Acréscimos Moratórios

\_\_\_\_\_  
Acréscimos Tributários

\_\_\_\_\_  
LOCAL E DATA

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL

*Otávio Luiz Rocha F. dos Santos*  
Coordenador Jurídico de Administração  
Interna de Direito Financeiro Tributário  
e Disciplinar - OAB/DF - 23.642

*José Francisco Dias Júnior*  
Consultor Jurídico - OAB/DF - 11.934





## Ministério da Previdência Social

**EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES  
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DIRETORIA DE FINANÇAS E SERVIÇOS  
LOGÍSTICOS  
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS  
DIVISÃO DE COMPRAS**

## EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 44101.000099.2014.91. Pedido de Compra nº 020099, referente a referência à Ata de Registro de Preços - Pregão Eletrônico Nº 334/2014 publicada no D.O.U., Seção 3, nº 59, página nº 108, em 27.03.2015. Contratado: Visão e Arte Indústria e Comércio de Embalagens Ltda - EPP - CNPJ 00.855.265/0001-71. Objeto: Aquisição de material de consumo estocável. Valor: R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais). Classificação Contábil: 114206. Data de Assinatura: 14.04.2015. Fundamentação Legal: Lei 10.520/2002, Dec. Lei 5.450/2005, Lei 123/2006, Lei 8.666/93, Decreto Lei 7.892/2013, Decreto Lei 8.250/2014.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo 44101.000475.2012.85. Contrato nº 01.019480.2014. Contratado: CONFORTO AMBIENTAL TECNOLOGIA EM DESPOLUÇÃO AMBIENTAL LTDA - CNPJ: 01.183.525/0001-72. Objeto: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato principal, para exclusão de itens, correspondendo a aproximadamente 3,28% do valor do contrato, a partir de 10.03.2015. O valor total dos itens suprimidos é R\$6.527,94 (seis mil, quinhentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos) sobre o montante global do contrato. Data de Assinatura: 16.04.2015. Fundamentação Legal: Art. 65, Parágrafo 1º, ambos da Lei nº 8.666/93.

**SUPERINTENDÊNCIA DE ATENDIMENTO  
UNIDADE REGIONAL CEARÁ**

## EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Processo: nº 44108.000054.2010-22. Contrato nº 05.002246.2011. Contratado: Hobby Engenharia Ltda - CNPJ: 41.606.211/0001-50. Objeto: Quarto Termo Aditivo para revisar o preço contratado e prorrogar seu prazo de vigência. O valor mensal estimado passará de R\$ 3.095,06 (três mil, noventa e cinco reais e seis centavos) para R\$ 3.215,08 (três mil, duzentos e quinze reais e oito centavos) a partir de Maio de 2015. Pedido de Compra nº 016685. Valor: R\$ 38.580,96 (trinta e oito mil, quinhentos e oitenta reais e noventa e seis centavos). Data da assinatura: 15/04/2015. Vigência: de 02/05/2015 a 01/05/2015. Fundamentação Legal: arts. 57 e 65, Inciso II, letra "d", da Lei 8666/1993.

Processo nº 44108.000030.2012.35. Contrato nº 05.014983.2013. Contratado: HM ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA - ME - CNPJ: 15.305.192/0001-11. Objeto: Primeiro Termo Aditivo para prorrogar o prazo de vigência do contrato principal por 12 (doze) meses a partir de 02/05/2015 até 01/05/2016 conforme Pedido de Compra nº 016693. Valor: R\$44.985,60 (quarenta e quatro mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos). Data da Assinatura: 14/04/2015. Fundamentação Legal: Lei 8.666/1993, Artigo 57, Inciso II.

## UNIDADE REGIONAL DISTRITO FEDERAL

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo Nº: 44100.000095.2012.51. Contrato: 23.014893.2013. Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviço técnico para tratamento de água do sistema de ar condicionado e da rede de água potável, que entre si fazem a DATAPREV e a Empresa GHIS Indústria e Serviços Ltda - CNPJ: 01.797.423/0001-47. Do Aditivo: Resolve aditar o contrato principal nº 23.014893.2013, para prorrogar seu prazo de vigência, por mais 12 (doze) meses, com início em 16/05/2015 e término em 15/05/2016, com manutenção do preço vigente. Valor Total: R\$ 13.995,96 (treze mil, novecentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos). Data de Assinatura: Brasília - DF, 17 de abril de 2015. Pela Dataprev: Sr. Hélio Rosendo Fernandes Dias - Gerente do SVAB, e o Sr. Rogério Barbosa da Silva - Gerente da DDFA. Pela Contratada: Sr. João Alves - Representante Legal Subfirmado.

## UNIDADE REGIONAL ESPÍRITO SANTO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 44110.000003.2011-32. Contrato nº 07.014097.2012. Contratado: SO3 Assessoria Ocupacional Ltda. EPP - CNPJ 36.328.540/0001-46. Objeto: Terceiro Termo Aditivo para prorrogar o prazo de vigência do contrato principal por 12 (doze) meses a partir de 01/08/2015 até 31/07/2016 conforme pedido de compra nº 014632. Valor: R\$ 5.034,96 (cinco mil, trinta e quatro reais e noventa e seis centavos). Data da Assinatura: 17/04/2015. Fundamentação Legal: Artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93 e demais legislação pertinente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032015042200062

## UNIDADE REGIONAL MINAS GERAIS

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO

Processo Nº 44115.000024.2012.99. Contrato Nº 11.014222.2012. Fornecedor: Flay Informática LTDA-ME - CNPJ: 14.854.065/0001-09 - Espécie: Quarto Termo Aditivo para aditar o Contrato Principal nº 11.014222.2012, para alterar a razão social da Contratada e o endereço da sua sede. Vigência: 16.04.2015. Fundamentação Legal: art. 65, Inciso II, da Lei 8.666/93 e demais legislação pertinente.

## UNIDADE REGIONAL PARÁ

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 44116.000004/2014-70. Pedido de Compra e Contrato nº 12.014550.2014 referentes ao Pregão Eletrônico nº 16/2014. Contratado: PROJEBEL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - CNPJ 02.295.753/0001-05. Objeto: Prestação de serviços de apoio administrativo. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de assinatura. Valor: R\$ 64.633,92 (sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e três reais e noventa e dois centavos). Fundamentação Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Dec. Lei 5450/2005 e Lei 123/2006.

**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
DIRETORIA DE BENEFÍCIOS**

## EXTRATOS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

INSTRUMENTO: Processo nº 35000.001062/2014-27. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica para requerimento de benefícios previdenciários. PARTES: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Patronato ACLI São Paulo. OBJETO: Permitir que sejam, pelo PATRONATO, inicialmente instruídos os processos de requerimento de benefícios de aposentadorias, pensões por morte, auxílio-doença e auxílio-acidente, bem como prestar as informações sobre a legislação previdenciária aos interessados e realizar a juntada da documentação necessária, para que o INSS possa proceder ao processamento destes requerimentos. DATA DA ASSINATURA: 17/04/2015. SIGNATÁRIOS: pelo INSS: Cinara Wagner Fredo, Diretora de Benefícios. Pela CONVENIENTE: Giacomo Guarniera, Presidente.

INSTRUMENTO: Processo nº 35000.001061/2014-82. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica para requerimento de benefícios previdenciários. PARTES: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Patronato Associação INAS-CISL Brasil. OBJETO: Permitir que sejam, pelo PATRONATO, inicialmente instruídos os processos de requerimento de benefícios de aposentadorias, pensões por morte, auxílio-doença e auxílio-acidente, bem como prestar as informações sobre a legislação previdenciária aos interessados e realizar a juntada da documentação necessária, para que o INSS possa proceder ao processamento destes requerimentos. DATA DA ASSINATURA: 17/04/2015. SIGNATÁRIOS: pelo INSS: Cinara Wagner Fredo, Diretora de Benefícios. Pela CONVENIENTE: Glenda Jocelen Carneiro, Presidente.

INSTRUMENTO: Processo nº 35000.000135/2015-44. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica. PARTES: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV e a CARUANA S/A - SOCIEDADE DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. OBJETO: Operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº 5.180, de 13 de agosto de 2004, visando a realização de consignações de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito. DATA DA ASSINATURA: 16/04/2015. SIGNATÁRIOS: pelo INSS: CINARA WAGNER FREDO, Diretora de Benefícios; pela DATAPREV: RODRIGO ORTIZ D'AVILA ASSUMPÇÃO e ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS, Presidente e Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações; pela Instituição Financeira: JOSE GARCIA NETTO e FABIO KIYOSHI YAKUSHIJI, Diretores. VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a contar da publicação.

INSTRUMENTO: Processo nº 35000.000174/2015-41. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica. PARTES: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV e o BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A. OBJETO: Operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº 5.180, de 13 de agosto de 2004, visando a realização de consignações de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito. DATA DA ASSINATURA: 16/04/2015. SIGNATÁRIOS: pelo INSS: CINARA WAGNER FREDO, Diretora de Benefícios; pela DATAPREV: RODRIGO ORTIZ D'AVILA ASSUMPÇÃO e ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS, Presidente e Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações; pela Instituição Financeira: DENISE ESKEFF COELHO, Procuradora. VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a contar da publicação.

INSTRUMENTO: Processo nº 35000.000175/2015-96. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica. PARTES: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV e o BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A. OBJETO: Operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela

Lei 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº 5.180, de 13 de agosto de 2004, visando a realização de consignações de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito. DATA DA ASSINATURA: 16/04/2015. SIGNATÁRIOS: pelo INSS: CINARA WAGNER FREDO, Diretora de Benefícios; pela DATAPREV: RODRIGO ORTIZ D'AVILA ASSUMPÇÃO e ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS, Presidente e Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações; pela Instituição Financeira: LUIZ CASTELLANI PEREZ e MIGUEL ANGELO RUBIO JUNIOR, Diretores. VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a contar da publicação.

## EXTRATOS DE RESCISÃO

INSTRUMENTO: Processo nº 35000.000278/2008-27. ESPÉCIE: Rescisão de convênio firmado entre o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV e o BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A. OBJETO: Fica rescindido o convênio datado de 26/05/2010, publicado no DOU nº 100 de 27/05/2010, firmado para operar consignações decorrentes de empréstimos aos titulares de benefícios previdenciários, devido à celebração de novo Termo de Acordo por meio do Processo nº 35000.000174/2015-41.

INSTRUMENTO: Processo nº 35000.001177/2008-73. ESPÉCIE: Rescisão de convênio firmado entre o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV e o BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A. OBJETO: Fica rescindido o convênio datado de 10/06/2010, publicado no DOU nº 110 de 11/06/2010, firmado para operar consignações decorrentes de empréstimos aos titulares de benefícios previdenciários, devido à celebração de novo Termo de Acordo por meio do Processo nº 35000.000175/2015-96.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORDESTE  
EM RECIFE  
RETIFICAÇÕES**

No Termo Aditivo Nº 04/2015 - UASG 510677, de 06/04/2015 publicado no DOU nº 69 de 13/04/2015, Sec 3, pg 98, Onde se lê: CNPJ Contratado: 33530486000129. Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A - EMBRATEL, Leia-se: CNPJ Contratado: nº 40.432.544/0001-47. Contratado: CLARO S/A.

No Termo Aditivo Nº 05/2015 - UASG 510677, de 06/04/2015 publicado no DOU nº 69 de 13/04/2015, Sec 3, pg 98, Onde se lê: CNPJ Contratado: 33530486000129. Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A - EMBRATEL, Leia-se: CNPJ Contratado: nº 40.432.544/0001-47. Contratado: CLARO S/A.

## GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM JOÃO PESSOA

## EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 39/2014  
Nº Processo: 35172000847/13-20. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 27711670000172. Contratado: REFRIGERACAO PORTUGUESA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Objeto: Serviço de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado no âmbito da GEX-JPS/PB. Fundamentação Legal: Art. 7º Inciso I Lei 8666/03 e Art. 7 da Lei 10520/02. Data de Rescisão: 25/03/2015.

(SICON - 20/04/2015) 512006-57202-2015NE800001

## GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM JUAZEIRO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 7/2015 - UASG 511679

Número do Contrato: 16/2012.  
Nº Processo: 35032001226201104.  
CONCORRÊNCIA SISPP Nº 9/2011. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 10258963000143. Contratado: MMA ENGENHARIA LTDA - ME - Objeto: Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 16/2012 obra de construção da Agência da Previdência Social em Pão de Açúcar subordinada à Gerência Executiva do INSS em Juazeiro/BA tendo como objeto prorrogação do prazo de vigência do contrato e execução da obra. Fundamentação Legal: Lei nº 8666/93. Vigência: 05/04/2015 a 03/08/2015. Data de Assinatura: 02/04/2015.

(SICON - 20/04/2015) 512006-57202-2015NE800001

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2015 - UASG 511679

Número do Contrato: 19/2012.  
Nº Processo: 35032001245201122.  
CONCORRÊNCIA SISPP Nº 16/2011. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 10258963000143. Contratado: MMA ENGENHARIA LTDA - ME - Objeto: Quinto Termo Aditivo ao contrato nº 19/2012 obra de construção da Agência da Previdência Social em Quijingue subordinada à Gerência Executiva do INSS em Juazeiro/BA tendo como objeto prorrogação da vigência do contrato. Fundamentação Legal: Lei nº 8666/93. Vigência: 23/03/2015 a 21/07/2015. Data de Assinatura: 23/03/2015.

(SICON - 20/04/2015) 512006-57202-2015NE800001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.